

Revista

DE IMPRENSA

DESTAQUES - ABRIL 2023

DRAS



Região Autónoma
da Madeira
Governo Regional

Secretaria Regional
de Inclusão Social e Cidadania
Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais

ECONOMIA SOCIAL

PÁG.

“Formação de dirigentes de IPSS chega a 50 entidades”	3
“Apoios chegam a 43 Casas do Povo e duas instituições”	4
“Casas do povo aplaudem adiantamento de verbas”	5

DIREITOS DO CONSUMIDOR

“Famílias pedem ajuda ao Serviço do Consumidor”	6
“Inclusão Financeira chega ao Porto Santo”	7
“Programa de Inclusão Financeira chegou ao Porto Santo”	8

		Tema		
Diário de Notícias - Funchal	x	Apoio Social		
Jornal da Madeira		Título da Notícia		
Outro		Formação de dirigentes de IPSS chega a 50 entidades		
		Data:	18-04-2023	Página: 3

● APOIO SOCIAL

Formação de dirigentes de IPSS chega a 50 entidades

O SUCESSO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DITOU UMA NOVA APOSTA PARA ESTA FORMAÇÃO

ANDREIA CORREIA
andreiacc@dnnoticias.pt

Começou ontem a segunda edição da formação 'Gestão e Organização para Dirigentes de Instituições Particulares de Solidariedade Social', no Colégio dos Jesuítas, organizada em parceria com a entidade formadora 'ENTRAJUDA - Apoio a Instituições de Solidariedade Social'.

Esta é uma formação que chegará a mais de 50 entidades, explicou a secretária regional de Inclusão Social e Cidadania, Rita Andrade.

Nesta edição, que contará com a participação de entidades de toda a Região, a formação foi dividida por duas turmas e terminará a 5 de Junho.

Rita Andrade referiu que é um programa colocado no terreno a nível nacional e que foi feita uma adaptação para a Região.

"É um curso compacto com professores de renome que vêm ministrar uma formação muito específica, muito dirigida para as IPSS

desta área e há aqui um factor muito interessante: vamos ficar com cerca de 70% de instituições a frequentar o curso".

"Gestão de dinheiros públicos, marketing social, questões de liderança" são alguns dos pontos desta formação, enumerou a secretária regional.

A formação vai permitir preparar as instituições para estes temas. "Ficamos aqui com um leque de instituições com uma preparação e com uma massa crítica", disse Rita Andrade, acrescentando que estas não são áreas tradicionais na área social, mas que "complementam e muito toda a actividade e a área social que cada um desempenha no seu dia-a-dia".

■ Rita Andrade esclareceu que o facto de existirem cada vez mais madeirenses a deixar de receber o Rendimento Social de Inserção (RSI) deve-se à entrada no mercado de trabalho.

A secretária elucidou que a nível do RSI "há muitas pessoas que deixaram de receber" e isto acontece "ou porque estão a trabalhar, ou aumentaram os seus rendimentos que os impedem de ter acesso [a este apoio]", disse.

"Era bom clarificar que os apoios aqui na Madeira, no Porto, em Lis-



A formação teve início ontem e terminará no dia 5 de Junho.

INDICADORES DA TAXA DE RISCO DE POBREZA DEVERIAM SER "ADAPTADOS E REAJUSTADOS" ÀS REGIÕES

boa e nos Açores, são todos iguais. Sei que a nível de subsídios de desemprego, a nível de RSI, que são mais os apoios dirigidos pela Segurança Social, de facto temos tido indicadores mais positivos que resultam de uma maior absorção no mercado de trabalho e que por via desse facto, perdem esse direito porque estão a trabalhar", explicou. Relativamente à taxa de risco de pobreza na Madeira, a região com a percentagem mais elevada em Portugal, a secretária clarifica que o facto de existirem menos pessoas a

serem apoiadas com o RSI em nada tem a ver com esta taxa. "Estamos a falar de coisas completamente diferentes. O risco de pobreza avalia 13 indicadores que não têm a ver com o RSI nem com este facto". A taxa, aplicada a nível europeu, é então baseada em parâmetros que por vezes não se adaptam à realidade regional, como é o caso do aquecimento eléctrico nas casas. "Os 13 indicadores avaliam, por exemplo, se a pessoa tem ou não aquecimento eléctrico, aqui na Região a maior parte diz que não".

Rita Andrade expressou que estes indicadores deveriam ser "adaptados e reajustados pelo menos às regiões insulares". "Canárias e outras regiões ultraperiféricas e insulares, como a nossa, registam, também elas, valores muito mais elevados em termos de risco de pobreza e isto não acontece por acaso. Acontece porque todas estas regiões se identificam com esta necessidade de termos um conjunto de parâmetros que nos pudessem diferenciar um pouco", concluiu.

		Tema	
Diário de Notícias - Funchal		Casas do Povo	
Jornal da Madeira	x	Título da Notícia	
Outro		Apoios chegam a 43 Casas do Povo e duas instituições	
	Data:	01-04-2023	Página: 6

CONTRATO-PROGRAMA

Apoios chegam a 43 Casas do Povo e duas instituições

São quarenta e três as Casas do Povo da RAM abrangidas pelo apoio do Governo Regional, numa verba total de 450 mil euros, destinada a apoiar nas várias atividades que realizam no âmbito social. Uma verba que é concedida pela Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania.

Mas, a este apoio, acresce outra verba, de 20 mil euros, para a Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (ADRAMA) e Associação das Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira (ACAPORAMA). A assinatura de contratos-programa diz respeito ao primeiro adian-

tamento das verbas anuais atribuídas pelo Governo Regional e decorreu ontem no salão nobre do Governo Regional.

Na ocasião, Rita Andrade, secretária regional da Inclusão e Cidadania, referiu ser este o primeiro adiantamento. “Cumprimos este grande objetivo. No fundo, tratam-se de 43 Casas do Povo, todas elas assinam hoje este contrato-programa”, corroborou, adiantando que o segundo adiantamento deverá ser efetivado até, “no máximo, final de julho”. A governante considerou serem apoios fundamentais para estas instituições. RB



Segundo adiantamento deverá ser efetivado até final de julho.

		Tema		
Diário de Notícias - Funchal		Casas do Povo		
Jornal da Madeira	x	Título da Notícia		
Outro		Casas do povo aplaudem adiantamento de verbas		
		Data:	01-04-2023	Página: 13

Casas do povo aplaudem adiantamento de verbas

VERBAS FACILITAM ÀS CASAS DO POVO A EXECUÇÃO DO SEU PROGRAMA DE ACTIVIDADES

ERICA FRANCO
efranco@dnoticias.pt

O Governo, através da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania, assinou, ontem, contratos programa com 43 casas do



Governo Regional celebrou, ontem, os protocolos com estas entidades.

povo e as duas instituições que as representam, a Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (ADRAMA) e a Associação das Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira (ACAPORAMA).

Os contratos referem-se ao primeiro adiantamento das verbas anuais atribuídas pelo executivo a estas entidades.

A decisão, tomada por Rita Andrade, foi unanimemente elogiada, durante a cerimónia, que decorreu no Salão Nobre do Governo Regional, na tarde de sexta-feira.

Fátima Belo, vice-presidente da ACAPORAMA, e Henrique Silva, presidente da ADRAMA, sublinharam que a repartição das verbas em duas tranches, uma atribuída em Março e outra em Julho, facilita às casas do povo a execução do seu programa de actividades.

Por seu turno, a secretária regional de Inclusão Social e Cidadania, recordou a importância das casas do povo “no apoio à população madeirense”, enaltecendo ainda a sua “dedicação e empenho”.

		Tema		
Diário de Notícias - Funchal		Direitos do Consumidor		
Jornal da Madeira	x	Título da Notícia		
Outro		Famílias pedem ajuda ao Serviço do Consumidor		
Data:	17-04-2023	Página:	5	

Famílias pedem ajuda ao Serviço do Consumidor

O Serviço do Consumidor na Madeira confirma que está a surgir uma maior preocupação entre as famílias madeirenses. Com efeito, nos primeiros meses deste ano, as abordagens relacionadas com o crédito habitação cresceram 19%, mas a maioria continua a ser de pedidos de informação.

"Entre janeiro e abril de 2022, foram atendidas pela Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais [onde funciona o Serviço do Consumidor] cerca de 90 famílias. Destes atendimentos, 82% foram para pedidos de informação e 18% para pedidos de apoio e de acompanhamento. Já em 2023, em período homólogo, foram atendidas cerca de 112 famílias, 83% com pedidos de informação e 17% com solicitações de apoio e de acompanhamento", informa o serviço.

O Serviço do Consumidor recebeu também 82 pedidos de renegociação de créditos habitação, em 2021. Em 2022, foram 43, o que corresponde a uma redução da ordem dos 48%.

Na renegociação de créditos, "as soluções mais comuns são os acordos de pagamento de dívida, através de planos de pagamento durante determinado período. Em alguns casos, há a possibilidade de

consolidação de créditos. Quando existe alguma disponibilidade financeira da parte do consumidor com dívida, e mediante um pagamento único, "conseguimos um perdão parcial dos juros da ordem dos 40%/50%".

De referir que, na maioria destas renegociações, os consumidores cumprem, pontualmente, os acordos firmados. A taxa de sucesso ronda os 90%. O JM questionou também o Serviço do Consumidor sobre como está a reagir a banca aos pedidos de renegociação de crédito. Na resposta, o serviço informou que, "em geral, os bancos têm cumprido as diretrizes que lhes são impostas por lei".

"As instituições bancárias têm de respeitar um conjunto de regras e procedimentos designados por Plano de Ação para o Risco de Incumprimento e Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de incumprimento em contratos de crédito com clientes bancários particulares", recorda. Nos casos tratados pelo Serviço, acrescenta, "as instituições de crédito colaboraram e demonstraram disponibilidade e flexibilidade, no sentido de encontrar soluções ajustadas às necessidades dos consumidores".



		Tema	
Diário de Notícias - Funchal	x	Inclusão Financeira	
Jornal da Madeira		Título da Notícia	
Outro		Inclusão Financeira chega ao Porto Santo	
		Data:	12-04-2023
		Página:	4

‘Inclusão Financeira’ chega ao Porto Santo

O Auditório Municipal da Câmara Municipal do Porto Santo recebe hoje, pelas 14h30, uma sessão do ‘Programa Regional de Educação e Inclusão Financeira 2023-2025’, promovida pela Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania.

O objectivo deste projecto passa por contribuir para a formação financeira dos consumidores madeirenses e porto-santenses, “proporcionando-lhes ferramentas para responderem de forma correcta a situações do quotidiano que envolvam decisões financeiras”. A iniciativa tem como destinatários a comunidade em geral.

O programa já passou pelo Funchal e por Câmara de Lobos, sendo agora a vez do Porto Santo.

		Tema			
Diário de Notícias - Funchal	x	Inclusão Financeira			
Jornal da Madeira		Título da Notícia			
Outro		Programa de Inclusão Financeira chegou ao Porto Santo			
		Data:	13-04-2023	Página:	4

Programa Regional de Inclusão Financeira chegou ao Porto Santo

A Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania promoveu, ontem, no auditório da Câmara Municipal do Porto Santo, mais uma sessão do Programa Regional de Educação e Inclusão Financeira 2023-2025.

Rita Andrade, que tutela esta área, destacou na sessão que “há uma série de factores que nós hoje em dia não controlamos, como por exemplo a subida da

inflação, e cabe aos governos reagir”. Não obstante, “como pessoas individuais e também como famílias, está nas nossas mãos fazer a diferença”, frisou a secretária regional.

“Temos um Governo para actuar, articular e também agilizar, mas depois há uma série de decisões individuais e familiares que só a nos compete”, reforçou a governante.

Por seu turno, o presidente da câmara e anfitrião do evento, Nuno Batista, disse aos presentes que o “município esteve atento aos aspectos sociais, ajudando sempre que possível as pessoas e estando sempre o mais próximo delas”. O autarca enalteceu ainda, neste âmbito, o apoio da junta de freguesia local.

O Programa Regional de Educação e Inclusão Financeira

2023-2025¹, promovida pela Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania, tem como objectivo contribuir para a formação financeira dos consumidores madeirenses e porto-santenses, “proporcionando-lhes ferramentas para responderem de forma correcta a situações do quotidiano que envolvam decisões financeiras”. A iniciativa tem como destinatários a comu-

nidade em geral.

O programa - que já passou pelos concelhos do Funchal, Câmara de Lobos e, agora, Porto Santo - irá percorrer os 11 concelhos da Região, conta com a parceria de três supervisores financeiros - Banco de Portugal, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. **G.M.**